

Lei n.º 9/79 de 19 de Março de 1979 – Aprova as bases do ensino particular e cooperativo;

Decreto-lei n.º 542/79 de 31 de Dezembro de 1979 – Estabelece o estatuto dos jardins-de-infância da rede publicado Ministério da Educação;

Decreto-lei n.º 553/80 de 21 de Novembro de 1980 – Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo;

Decreto-lei n.º 299/84 de 5 de Setembro de 1984 – Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares;

Decreto-lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro de 1984 – Estabelece as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria social escolar em diversos domínios;

Decreto-lei n.º 191/85 de 24 de Junho de 1985 – Determina que os conselhos directivos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário elaborem anualmente o plano de necessidades das obras de reparação, conservação e arranjos dos equipamentos educativos sob a sua gestão;

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo;

Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 – Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar;

Decreto-lei n.º 108/88 de 31 de Março de 1988 – Regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na rede escolar para efeito da ordenação desta;

Decreto-lei n.º 35/90 de 25 de Janeiro de 1990 – Estabelece o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória;

Decreto-lei n.º 372/90 de 27 de Novembro de 1990 – Direitos e deveres inerentes à participação das associações de pais no sistema educativo;



Decreto-lei n.º 319/1991 de 23 de Agosto de 1991 – Regula a integração dos alunos com necessidades educativas especiais nos estabelecimentos públicos de ensino;

Decreto-lei n.º 301/93 de 31 de Agosto de 1993 – Regula o regime de matrícula e frequência no ensino básico obrigatório;

Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro de 1997 – Lei-quadro da educação pré-escolar;

Despacho n.º 11/SEAE/1997 de 4 de Abril de 1997 – Lança o Programa de Preservação e Salvaguarda do Património Escolar;

Decreto-lei n.º 147/97 de 11 de Junho de 1997 – Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respectivo sistema de organização e funcionamento;

Portaria n.º 583/97 de 1 de Agosto de 1997 – Estabelece os horários dos estabelecimentos da educação pré-escolar;

Despacho n.º 5220/97 de 4 de Agosto de 1997 – Aprova as orientações curriculares para a educação pré-escolar e define os seus princípios gerais;

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 7 de Agosto de 1997 – Aprova as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto de 1997 – Define critérios aplicáveis à caracterização das instalações e do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, com vista à obtenção de níveis de qualidade adequados ao sucesso educativo e à optimização dos investimentos;

Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto de 1997 – Define requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar;



Despacho Conjunto n.º 291/97 de 4 de Setembro de 1997 – Estabelece as condições de acesso ao financiamento para construção de edifícios de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de Setembro de 1997 – Estabelece normas reguladoras das participações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos de educação pré-escolar;

Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro de 1997 – Introduce alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo;

Decreto-lei n.º 314/97 de 15 de Novembro de 1997 – Introduce alterações ao Decreto-lei n.º 387/90 (e republica-o) o qual aprovou as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensinos públicos não superiores;

Decreto Regulamentar n.º 51/97 de 24 de Novembro de 1997 – Cria na administração local a carreira de auxiliar de acção educativa;

Decreto-lei n.º 331/97 de 27 de Novembro de 1997 – Estabelece um regime excepcional de celebração de contratos a termo certo dos auxiliares de acção educativa pelas autarquias locais;

Decreto-lei n.º 1/98 de 2 de Janeiro de 1998 – Estatuto da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário;

Decreto-lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro de 1998 – Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais;

Decreto-lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio de 1998 – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos;

Decreto-lei n.º 414/98 de 31 de Dezembro de 1998 – Aprova o Regulamento de segurança contra incêndios em edifícios escolares;



Decreto-lei n.º 80/99 de 16 de Março de 1999 – Alteração ao decreto-lei n.º 372/90 de 27 de Novembro de 1990 referente às Associações de pais e encarregados de educação;

Lei n.º 24/99 de 22 de Abril de 1999 – Alterações ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

Despacho Normativo n.º 27/1999 de 25 de Maio de 1999 – Determina que as escolas profissionais devam desenvolver as suas actividades em instalações que proporcionem as condições legais aplicáveis às edificações em geral, aos edifícios escolares em particular e que reúnam as condições pedagógicas, funcionais, construtivas e ambientais adequadas à sua especificidade de estabelecimentos de ensino;

Lei n.º 413/99 de 8 de Junho de 1999 – Regulamento do Seguro escolar;

Decreto Regulamentar n.º 10/99 de 21 de Julho de 1999 – Regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão aplicável aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, estabelecendo as competências das estruturas de orientação educativa;

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro de 1999 – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;

Despacho n.º 15-I/SEAE/99 de 1 de Outubro de 1999 – Determina qual a nomenclatura a utilizar na designação dos estabelecimentos de ensino a qual deverá estar de acordo com o disposto no decreto-lei n.º 314/97 de 15 de Novembro;

Despacho Conjunto 891/99 de 19 de Outubro - Orientações reguladoras de apoio integrado a crianças com deficiência ou em risco de atraso grave;

Portaria n.º 989/99 de 3 de Novembro de 1999 – Regulamenta os cursos de especialização tecnológica;



Decreto-lei n.º 515/99 de 24 de Novembro de 1999 – Aprova o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior;

Despacho da SEAE sobre a informação 11/05/DSQEE/00 de 9 de Março de 2000 – Aprova o Manual de Utilização e Manutenção das Escolas;

Decreto Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto de 2000 – Fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento;

Decreto-lei n.º 234-A/00 de 25 de Setembro de 2000 – Cria na administração local a carreira de auxiliar de acção educativa;

Decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001 – Aprova a reorganização do ensino básico;

Decreto-lei n.º 7/2001 de 18 de Janeiro de 2001 – Aprova a revisão curricular do ensino secundário;

Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001 de 28 de Fevereiro de 2001 – Rectifica o decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001;

Despacho Conjunto n.º 373/2002 de 23 de Abril de 2002 – Distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos. Período de funcionamento das escolas. Constituição de turmas;

Decreto-lei n.º 156/2002 de 20 de Junho de 2002 – Suspende a vigência do n.º 1 do artigo 20º do decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto mantendo em vigor o decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto em tudo o que diz respeito ao ensino secundário;

Despacho n.º 3/SEAE/2002 de 28 de Junho de 2002 – Define as prioridades de admissão de crianças nos jardins-de-infância da rede pública;

Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 4 de Dezembro de 2002 – Cria uma oferta de educação e formação que pretende proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que



permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, de nível de qualificação 1 e 2;

Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003 – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa transferindo competências para as autarquias locais;

Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto de 2003 – Altera o Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro; Declaração de Rectificação n.º 13/2003 de 11 de Outubro de 2003 – Rectifica a Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto de 2003;

Despacho Conjunto n.º 26/2004 de 15 de Janeiro de 2004 – Determina os apoios financeiros do Estado às Autarquias para o desenvolvimento da componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública, para o ano lectivo 2003/2004;

Despacho Conjunto n.º 27/2004 de 15 de Janeiro de 2004 – Determina os apoios financeiros do Estado aos estabelecimentos de educação pré-escolar das Instituições Particulares de Solidariedade Social, para o ano lectivo de 2003/2004;

Decreto-lei n.º 74/2004 de 26 de Março de 2004 – Define os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação das aprendizagens, referentes ao nível secundário de educação;

Portaria n.º 550-C/2004 de 21 de Maio de 2004 – Regulamenta o Ensino Profissional;

Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho de 2004 – Aprova a Lei de Bases do Desporto Escolar;

Despacho Conjunto n.º 453/2004 de 27 de Julho de 2004 – Cria e regulamenta os Cursos de Educação e Formação;

Despacho Conjunto n.º 14 753/2005 de 5 de Julho de 2005 – Cria o Programa de Generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do Ensino Básico;



Despacho n.º 22 251/2005 de 25 de Outubro de 2005 – Aprova o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico;

Despacho 12 591/2006 de 26 de Maio – Cria o Programa de Generalização do Ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos outras actividades de enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico;

Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro - Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

